

INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ TEMÁTICO

Educação de Jovens e Adultos: Na diversidade de sujeitos e igualdade de direitos

A Educação de Jovens e Adultos foi inserida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 como modalidade de Educação Básica. O público ao qual essa modalidade se destina são jovens, adultos e idosos, que em sua trajetória de vida não iniciaram ou interromperam por diversos motivos o percurso escolar.

Em 2014, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF publicizou documentos importantes e norteadores da referida modalidade, como as Diretrizes Operacionais da EJA e o Currículo da Educação de Jovens e Adultos, os quais foram elaborados pelos profissionais que atuam na EJA na SEEDF entre 2011 e 2014.

Tendo em vista esse processo de reconhecimento da modalidade, a SEEDF promoveu espaços de formação continuada aos professores, gestores e comunidade escolar que atua na EJA, como o Seminário da Educação de Jovens e Proposições para a Educação de Jovens e Adultos, lançamento da Edição Especial da Revista Com Censo, com a temática: Identidade e Diversidade da Educação de Jovens e Adultos e o Seminário de Mídias e Educação Audiovisuais na EJA, eventos formativos que ocorreram nos anos de 2015 e 2016.

É importante ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos vem se fortalecendo historicamente. Sabemos, contudo, que esse fortalecimento tem em sua reestruturação – por meio da Constituição Federal de 1988 – os ganhos e conquistas da Educação Popular, com forte influência política de Paulo Freire, que por meio da Educação Popular

centraliza a classe trabalhadora numa perspectiva de emancipação, sendo a escola e a sociedade espaços legítimos dessa educação.

A Educação de Jovens e Adultos tem como referência documentos norteadores tais como: o Plano Nacional de Educação – PNE, que entre outros aspectos visa erradicar o analfabetismo absoluto, bem como diminuir o analfabetismo funcional até o final de sua vigência e, no âmbito local; e o Plano Distrital de Educação – PDE, 2015-2024, com as metas 09 e 10, as quais se referem à ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e a garantia da oferta de EJA integrada à Educação Profissional aos sujeitos que estão em privação de liberdade no Sistema Prisional, respectivamente.

O Distrito Federal tem como uma de suas características a diversidade na sua formação social. Uma cidade cujo cerne político e administrativo agrega em sua periferia sujeitos de diferentes estados brasileiros, de diferentes países – legalmente ou ilegalmente estabelecidos no país – refugiados, em condições econômicas e sociais diversas e de múltiplas culturas. Entre outras ações, a SEEDF busca se organizar diante dessa diversidade ao procurar atender as metas tanto do PNE, quanto do PDE, de estabelecer e promover políticas públicas de atendimento universal bem como dos atendimentos mais específicos.

Pelas bases legais, a Constituição Federal de 1988 traz em seus artigos que justificam as políticas de atendimento educacional ao jovem e ao adulto:

Art. 3: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação.

Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Art. 208 O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1988)

É importante ressaltar o papel das organizações da sociedade civil, dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (Fóruns EJA/Brasil), das experiências educativas, dos encontros nacionais e internacionais, para a construção e uma reconfiguração da Educação de Jovens e Adultos, a qual tem como fundamento a educação permanente e ao longo da vida.

É importante trazer o papel histórico das organizações da sociedade civil quanto à sua dedicação, sobretudo, na alfabetização de jovens e adultos. É por essas razões que a concepção de Educação Popular e a Educação de Jovens e Adultos dialogam sobre os possíveis sentidos da política e da ideologia.

Este Dossiê Temático sobre a Educação de Jovens e Adultos é estratégico para aprofundar a discussão em torno das políticas públicas educacionais, e ressignificar a prática pedagógica e a identidade profissional

dos professores e gestores que atuam na referida modalidade. Dessa forma, a SEEDF pretende, por meio desta publicação, fortalecer a identidade e a diversidade da Educação de Jovens e Adultos, a fim dessa modalidade poder responder aos anseios dos estudantes jovens, adultos e idosos, e fomentar políticas públicas de formação de educadores de jovens e adultos no âmbito nacional e distrital.

O primeiro texto deste Dossiê é uma entrevista com Carlos José Pinheiro Teixeira - Coordenador Geral de Alfabetização da Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação – MEC, em que ele discorre sobre o Programa Brasil Alfabetizado e suas repercussões na Educação de Jovens e Adultos.

Em seguida, são apresentados os artigos e relatos de experiência norteados por temáticas que perpassam a formação de educadores de EJA, Educação Profissional integrada à EJA, EJA Interventiva e educação popular. Nessa direção o primeiro artigo, intitulado Constituição e significações de Educadores(as) de Jovens e Adultos na perspectiva de Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos, de autoria de Sttela Pimenta Viana, analisa as repercussões do percurso formativo de pedagogos(as) egressos(as) do Projeto Paranoá - FE/UnB entre o período de 1986 a 2010. Destaca-se neste trabalho a natureza desse processo formativo, o qual se caracteriza pela organicidade entre teoria e prática. O estudo identificou que mais de 50% dos pesquisados trabalham com educação em espaços escolares e não escolares. No entanto, poucos pedagogos egressos desenvolvem trabalhos no campo da Educação de Jovens e Adultos de forma permanente. A autora conclui que esse resultado demonstra o quanto ainda a modalidade da Educação de Jovens e Adultos precisa consolidar uma identidade no âmbito da formação e do campo de atuação dos educadores(as) de jovens e adultos.

O segundo artigo, Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional: um panorama da implementação de políticas públicas educacionais na rede pública de ensino do Distrito Federal, de Fernanda Marsaro Santos e Ana Cristina

de Castro, apresenta uma visão panorâmica sobre a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional no âmbito do Distrito Federal, com ênfase para a implementação de políticas públicas em âmbito nacional, como o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, e em nível local, o Plano Distrital de Educação 2015 – 2024. As autoras concluíram que a integração feita entre o ensino propedêutico com a educação profissional tornou as aprendizagens mais significativas para os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, assim como uma mudança na práxis docente, além da redução do índice de evasão escolar e a inserção dos estudantes adultos no mundo do trabalho.

O terceiro artigo, Ação-reflexão-ação em uma escola pública do Paranoá – Distrito Federal: uma perspectiva de Educação Popular na Educação de Jovens e Adultos, de Renato Hilário dos Reis e Julieta Borges Lemes, analisa o trabalho desenvolvido por uma pesquisa de doutorado realizada com educandos de Primeiro Segmento da Educação de Jovens e Adultos de uma escola do Paranoá, no segundo semestre de 2015. Este trabalho propõe uma articulação entre a práxis desenvolvida pela pesquisa-ação e as perspectivas educacionais ancoradas nas pedagogias de base popular, que defendem que a educação pode contribuir com processos de transformação individuais e coletivos.

O quarto artigo, Inclusão Escolar e Social de Estudantes da Educação de Jovens e Adultos Interventiva no Distrito Federal, de Erlando da Silva Rêses e Tatiana Moura Martins, reflete sobre a inclusão social de estudantes da Educação de Jovens e Adultos Interventiva em uma escola pública do Distrito Federal. Os autores concluíram que apesar de algumas fragilidades no processo de escolarização dos estudantes, há benefícios no processo de inclusão social para uma vida escolar e social mais ativa e autônoma desses estudantes.

O quinto artigo, EJA Interventiva - uma perspectiva inclusiva para o mundo do trabalho, de Leda Regina Bitencourt da Silva, faz uma análise documental da implantação das turmas de Educação

de Jovens e Adultos Interventiva – EJA Interventiva no Distrito Federal, no período de 2010 a 2017. A autora revela em sua análise os desafios no atendimento, na formação docente, na organização do serviço de orientação para o trabalho e na organização dessas turmas em todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino - CRE, na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

O sexto artigo, A escola de Educação de Jovens e Adultos e Profissional a Distância da rede pública de ensino do Distrito Federal: um caminho em construção, de Sandra Regina Santana Costa, Maysa Barreto Ornelas e Klyene Cristina Dornelas de Souza, remete ao processo de criação da escola de educação de jovens e adultos e profissional a distância na rede pública de ensino do Distrito Federal. Neste artigo, as autoras apontam as diversas ações que foram realizadas desde 2004 até 2017, com efetivação político-pedagógica a partir de 2015. Elas indicam, ainda, que a efetiva criação da escola de educação de jovens e adultos e profissional a distância requer a instituição de um novo processo, o de credenciamento, no âmbito do Conselho de Educação do Distrito Federal.

O sétimo artigo, Desafios e possibilidades do ensino contextualizado na educação de jovens e adultos, de João Paulo Santos Neves, aborda a história e os contextos da EJA de forma a ressaltar os percalços pelos quais já passaram os sujeitos desta modalidade, trazendo consigo reflexões acerca das dificuldades enfrentadas pelos educadores ao cumprir seu papel e também as dificuldades dos alunos que passam pela escola tardiamente e enfrentam diversos problemas, seja ele de ordem econômica, social, física ou intelectual. Este trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa de campo com um professor e uma turma de alunos da EJA de Goiás. Os resultados apontaram como desafios, o abandono que ainda é constante no contexto da EJA, e a dificuldade de promover um ensino contextualizado com o cotidiano vivido pelos sujeitos. Concluiu-se com a proposta de uma abordagem contextualizada por meio de entrevistas e questionários, a fim de identificar as vivências e proporcionar

um ensino significativo para o público da EJA.

O oitavo artigo, *Aprendizagem na perspectiva sócio histórica e suas interfaces com a integração curricular com a Educação de Jovens e Adultos*, de Kattia de Jesus Amin Athayde Figueiredo, Robson Santos Camara Silva e Nilza Maria Soares dos Anjos, traz uma reflexão sobre as inter-relações estabelecidas entre a aprendizagem na perspectiva sócio histórica com a integração curricular na EJA, a partir das elaborações teóricas de Vygotsky acerca dos processos da aprendizagem cognitiva vinculada aos processos de interação social. Esse artigo aponta para um aspecto central da integração curricular quando organizada sob os princípios da pedagogia sócio-histórica, que são as possibilidades objetivas de ampliar e fortalecer os itinerários de aprendizagem concebidas para além da escola.

No âmbito dos relatos de experiência que compõem essa edição, iniciamos com o texto intitulado *Os Saberes do*

Campo na Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional: Articulações Possíveis, que aborda possibilidades metodológicas desenvolvidas em um curso com vistas à formação de pesquisadores nas escolas do campo em que são compartilhadas reflexões sobre as experiências vivenciadas em três edições da formação e analisadas as possibilidades de oferta de uma nova edição direcionada ao levantamento do perfil sociocultural das comunidades do campo.

O segundo relato, *Construindo Práticas Educativas na Modalidade EJA: Concepções teórico-metodológicas – uma experiência na formação continuada*, apresenta ações empreendidas pela SEEDF com vistas à ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos na rede pública de ensino em que delimita os momentos estratégicos de aumento da oferta da modalidade na rede, formação continuada, bases teóricas e o impacto no sistema educacional a partir do ano de 2010.

O terceiro relato de experiência, *O Programa DF Alfabetizado e a Educação de Jovens e Adultos no Varjão*, aborda o processo de implementação da Educação de Jovens e Adultos na Escola Classe Varjão, bem como suas relações com o Programa DF Alfabetizado e com o curso de especialização *Educação na Diversidade e Cidadania*, com ênfase na EJA, promovido pela Universidade de Brasília – UnB. O objetivo dele é o de propor uma reflexão sobre as relações entre a oferta da modalidade, desenvolvida SEEDF, e as especificidades de seu público-alvo enquanto classe trabalhadora.

O último relato, *O Ensino de Música na Educação de Jovens e Adultos: lidando com as diferenças em sala de aula*, visa compartilhar estratégias docentes desenvolvidas no componente curricular de Arte, por meio das aulas de Música, ressaltando caminhos para o planejamento de ensino, metodologia e avaliação de aprendizagem num contexto marcado pelo conflito geracional entre os estudantes da EJA.

Daniel Damasceno Crepaldi
Subsecretário da Subsecretaria de Educação
Básica da SEEDF